#50 SÉRIE II MAIO 2022

# anti—capitalista

## Novo mundo, novos desafios: das sanções à inflação

A Internet livre ainda não acabou

P 3

Sanções económicas à Rússia: a guerra onde não há balas de prata

P 4

Inflação e a austeridade silenciosa

P 5

# *Num mundo em mudança, reafirmamos os nossos combates!*

Em 2017, quando a jornada da Anticapitalista começou, vivíamos no país da geringonça e no pico de um ciclo de reposição de rendimentos e direitos. Portugal era ainda um dos últimos países na Europa sem representação da extrema-direita no seu parlamento. Por essa altura, vivíamos ainda a incerteza da recente eleição de Donald Trump, embriagados por tweets com promessas de "fogo e fúria" em resposta aos sucessivos testes nucleares norte-coreanos que abriam telejornais.

Hoje, vivemos num mundo diferente. É difícil resumir tudo por que passamos nos últimos cinco anos. No nosso país, o anterior ciclo de esperança quebrou-se, agora com uma maioria absoluta do PS que parece só querer manter tudo na mesma, com uma direita mais ideológica e mais preparada e uma extrema-direita mais legitimada pelo voto. Vivemos uma pandemia, que tantas vidas ceifou e que continua a afetar a saúde de tantos mais, mas que também demonstrou a importância de serviços públicos de qualidade como o SNS. Revoltamo-nos contra a violência racial através de movimentos como o Black Lives Matter. Estamos agora a assistir a uma guerra brutal e ao caminho de uma escalada bélica, com o ressurgimento de blocos militares.

Mas nestes cinco anos vivemos também momentos de grande esperança. As Greves Climáticas Estudantis, protagonizados por jovens e crianças em todo o mundo, mostraram que um outro mundo é possível e urgente. A dinâmica social da candidatura de Bernie Sanders nos Estados Unidos, da luta de Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista do Reino Unido, onde acabou por ser reprimido, e mais recentemente de Mélenchon na França, e o processo constituinte de tendência progressista e consequente vitória nas eleições presidenciais Chilenas por Gabriel Boric, são exemplos de vivacidade de debates e intervenções nas esquerdas e de capacidades de mobilizar o seu povo e disputar (e até vencer algumas batalhas) neste novo mundo.

Em maio de 2022, eis que chegamos à 50ª edição da segunda série da revista Anticapitalista. Nesta edição especial e mais extensa, reafirmamos os nossos combates, desde a luta pela justiça climática ao feminismo, passando pelas lutas laborais e anti precariedade, o antirracismo, o movimento estudantil, o direito à cidade e a solidariedade internacional. Fazemo-lo conscientes de onde viemos, enriquecidos pela confluência de experiências de quem ao nosso lado luta, mas também o fazemos com olhos postos no futuro, preparados para enfrentar velhos e novos desafios. Vamos ao combate!

**Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.**


**2 Editorial**
Num mundo em mudança, reafirmamos os nossos combates!

**3 Internet**
A Internet livre ainda não acabou

**4 Guerra**
Sanções económicas à Rússia: a guerra onde não há balas de prata

**5 Economia**
Inflação e a austeridade silenciosa

**6 Populismo**
"Migrante é gerúndio": as palavras do populismo italiano

**7 Antifascismo**
Fascistas no parlamento: a bomba-relógio da nossa democracia

**8 Feminismo**
Se o patriarcado nos prende, os direitos libertam-nos

**10 Cultura**
Uma Casa para os Artistas Unidos

**11 Leituras / Escutas**
Recomendações de livros e música


## Dossiê | Anticapitalista e os seus combates


**Conselho editorial**
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

**Design gráfico e paginação**
José Torres

**Participaram nesta edição**
Alexandre Portela
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Andreia Quartau
Asia Leonardi
Daniel Borges
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
João Alves
João Bernardo Narciso
José Torres
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mantraste
Marco Marques
Ricardo Lafuente
Ricardo Moreira
Sofia Lopes
Teresa Fonseca
Vasco Barata
Vicente Ferreira



**Depósito Legal**
441931/18

# *A Internet livre ainda não acabou*

texto de Ricardo Lafuente

Não é fácil olhar para a Internet hoje e reconhecer a esperança libertadora e emancipatória que lhe atribuíamos há um par de décadas. A mobilização dos Anonymous, a persistência do Pirate Bay ou o impacto do Wikileaks sustentavam a errada impressão de que a Net era intrinsecamente libertadora e progressista. Os anos seguintes vieram desfazer essa ilusão, num florescimento das táticas e retóricas de ultradireita que culminaram na eleição de Trump em 2016. Ao mesmo tempo, a instrumentalização e mercantilização dos dados pessoais e comportamentais tornou-se o modelo de negócio de referência por parte de plataformas online, ao ponto que já não se parece vislumbrar outra forma de existir digitalmente. Em nome da conveniência, as pessoas aceitam o perverso compromisso de ceder a sua agência e autonomia.

Os dados – pessoais e não só – foram-nos apresentados como o "petróleo do séc. XXI", mas episódios recentes de fuga de dados detidos por grandes empresas (Impresa, Sonae) dão um outro significado a esse dito, porque estamos perante o equivalente digital a derrames de petroleiros, mas sem conseguir ainda avistar as reais implicações desses incidentes. Também nos venderam a ideia de que a recolha massiva de dados nas cidades – a agenda "smart city" – melhoraria as nossas vidas e informaria políticas mais eficazes, mas tais vantagens ainda tardam em chegar; o que tem chegado bem mais rapidamente é a expansão da videovigilância. Mais uma vez, o pretexto de uma existência moderna e tecnológica tem servido para introduzir medidas e aparatos que, intencionalmente ou não, se tornam parte do aparelho repressivo.

O enquadramento político e ideológico destes fenómenos tem sido avançado por Evgeny Morozov e Shoshana Zuboff, responsáveis por mapear as ligações entre o desenvolvimento tecnológico (nomeadamente de plataformas online) e as suas implicações sociopolíticas. No entanto, têm-nos faltado horizontes para podermos avistar que outra Internet seria possível segundo uma matriz socialista. Ainda seria possível alcançarmos (ou regressarmos a) uma Internet como mecanismo de transformação social, dedicado ao empoderamento real das pessoas e comunidades?

Não há razão para grandes pessimismos. É verdade que a prevalência das grandes redes sociais nos prende eficazmente a elas. Mas boa parte do que tornava a Internet entusiasmante nos anos 90 continua lá: a espantosa possibilidade de publicar instantaneamente algo que pode ser, quase imediatamente, acedido em qualquer parte do mundo, continua a ser possível e a característica mais prodigiosa da Internet.

O movimento do software livre, embora parcialmente apropriado pela lógica extractivista, continua a ser uma referência técnica e política para uma via alternativa à doutrina anarcocapitalista de Silicon Valley. Têm surgido na Europa cooperativas e coletivos dedicados ao empoderamento cidadão, providenciando serviços e recursos de forma solidária e horizontal, provando que os modelos de negócio hegemónicos à volta da exploração dos dados não são a única via possível hoje. Os movimentos dedicados aos direitos digitais têm agora uma presença bem mais expressiva do que há uma década atrás: só na Europa, a EDRi é uma federação que congrega 45 organizações, incluindo também uma representação portuguesa com a D3, criada há 5 anos. Observámos vários progressos e vitórias ativistas em temas como a videovigilância, apps covid ou direito de autor. Embora haja muito por fazer, não é altura de cruzar os braços.

O tema do digital aparece sempre como um aparte no debate político-ideológico, mas é sobretudo no digital que hoje se faz política; o adversário não é a big tech, mas sim a visão que ela nos apresenta como sendo a única possível. É aqui que importa recordarmos Gramsci sobre como o discurso hegemónico se apresenta sempre como inevitável e incontornável, e precisamos mais do que nunca da lucidez socialista que questiona essa inevitabilidade.

# *Sanções económicas à Rússia: a guerra onde não há balas de prata*

texto de Vicente Ferreira

A guerra económica não é novidade. O embargo às exportações de determinados países fez parte da estratégia de guerra de líderes como Napoleão, em França, ou Thomas Jefferson, nos EUA, e foi amplamente utilizado ao longo do século XX. Face à invasão russa da Ucrânia, os países ocidentais, liderados pelos EUA e pela União Europeia, também escolheram esta via. As sanções têm um objetivo claro: "provocar o colapso da economia russa", como garantiu o ministro das Finanças francês. Mas o bloqueio comercial tem sido mais difícil de implementar neste caso, uma vez que a União Europeia continua bastante dependente dos combustíveis fósseis russos. A Rússia fornece 47% das importações de carvão da UE, 41% das de gás natural e 27% das de petróleo. A UE já baniu as importações de carvão, mas mantém as restantes.

Foi por isso que os países ocidentais se viraram para o sistema financeiro. Os EUA e a UE anunciaram o congelamento de boa parte das reservas de moeda estrangeira do banco central russo. É uma declaração de guerra financeira, que implica "quebrar a assunção de igualdade soberana dos Estados e o interesse comum em preservar os direitos de propriedade", como escreveu o historiador Adam Tooze. O facto de o dólar ser a moeda de referência internacional, por ser a mais usada nas transações comerciais e financeiras em todo o globo, dá aos EUA um privilégio exorbitante nas relações internacionais. Até porque o banco central é uma das instituições mais importantes de um país: é responsável por imprimir moeda e supervisionar o funcionamento do sistema financeiro, tornando-se decisivo em períodos de crise quando é necessário defender o valor da moeda e financiar a política económica e militar.

## Quem é que as sanções atingem?

A maioria das sanções afeta sobretudo a atividade económica e o rendimento gerado num país. Entre 1976 e 2012, as sanções das Nações Unidas e dos EUA provocaram, em média, uma redução de 25% do PIB per capita dos países visados. Mas os seus efeitos não ficam por aí: um estudo recente, que analisa 68 regimes de sanções entre 1960 e 2008, conclui que estes aumentaram consideravelmente as desigualdades de rendimento nestes países. Geralmente, as sanções económicas pioram as condições de vida e, por isso, atingem desproporcionalmente as pessoas mais vulneráveis, o que as torna socialmente injustas.

Embora possa dizer-se que as sanções internacionais desempenharam um papel importante no fim do regime de apartheid na África do Sul, também é verdade que na maioria dos casos não serviram para evitar ações militares ou derrubar regimes tiranos. Pelo contrário. Na Rússia, as sanções não travaram o expansionismo militar, mas acentuaram um isolamento que apenas favorece a elite dirigente. No Irão, as restrições às transações financeiras foram ao ponto de impedir que o país pudesse financiar a importação de medicamentos e outros produtos essenciais para a população, o que motivou críticas da Human Rights Watch. Em Cuba, o embargo dificultou durante vários anos o acesso das pessoas a comida e medicamentos, generalizando a pobreza no país.

## E porque é que não atingem quem deveriam?

Para a esquerda, o caminho da oposição a determinados regimes não pode ser feito impondo sofrimento à sua população e sobretudo aos mais vulneráveis. A alternativa passa por aplicar sanções sobre a elite que determina o rumo do país, congelando os seus ativos detidos no estrangeiro. No caso da Rússia, este passo seria bastante importante, dadas as características da distribuição da riqueza no país. A Rússia é um país com uma distribuição extraordinariamente desigual da riqueza. É o 4º país do mundo com maior percentagem da sua riqueza no estrangeiro, sendo que estes movimentos ocorrem sobretudo entre os 0,01% mais ricos, que detêm mais de metade do seu rendimento em offshores.

A riqueza detida no estrangeiro assume várias formas, desde contas bancárias na Suíça a investimentos no Chipre e nas Ilhas Virgens Britânicas, passando pelo mercado imobiliário de Londres. E a elite russa aparece implicada em sucessivos escândalos financeiros, que vão dos Swiss Leaks, um esquema de fuga aos impostos apoiado pelo banco britânico HSBC na Suíça, no qual estavam envolvidos mais de 700 clientes russos com ativos no valor de 1,8 mil milhões de euros, até aos Panama Papers ou aos mais recentes Pandora Papers, que ajudaram a desencobrir dezenas de empresas-fantasma utilizadas pelo círculo mais próximo de Putin para esconder a riqueza e contornar sanções individuais.

A identificação do paradeiro da riqueza implicaria a implementação de um sistema de registo financeiro internacional, que permitisse saber quem detém que ativos em cada território. Com esta proposta, defendida pelo Observatório Fiscal da UE e por economistas como Thomas Piketty, as autoridades públicas passariam a controlar as centrais de depósitos, atualmente privadas, que registam os ativos e os seus proprietários. Seria uma forma de garantir a eficácia de sanções direcionadas às oligarquias. Mas seria também, e acima de tudo, uma arma importante no combate à lavagem de dinheiro e à evasão e elisão fiscais.

Só que esta medida nunca avançou. Porquê? Porque colide com os interesses dos mais ricos no Ocidente. As elites russas não são as únicas a aproveitar a liberdade de circulação de capitais para desviarem a sua riqueza para offshores. A diferenciação discursiva entre "oligarcas russos" e "empreendedores ocidentais" omite o facto de a origem da sua riqueza não ser assim tão diferente. E as elites ocidentais temem que a transparência acabe por prejudicá-las.

# *Inflação e a austeridade silenciosa*

texto de João Bernardo Narciso

A preocupação com a inflação, há décadas desaparecida das nossas vidas quotidianas, está de volta. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor atingiu em março o valor de 5,3%. Para encontrar um valor mais elevado teríamos de recuar ao Portugal de 1994. Este valor foi impulsionado em particular pela taxa de variação nos produtos energéticos, que chegou aos 19,8%.

O efeito mais imediato da inflação é a diminuição do poder de compra, e a forma mais evidente de resolver este problema é a atualização salarial. No entanto, não é essa a opção de António Costa e de Fernando Medina, que têm defendido publicamente a escolha de não aumentar os salários da função pública, as pensões, nem do salário mínimo para lá do previsto antes de todos os factos que estão a provocar o aumento dos preços. Esta defesa baseia-se na ideia de que o aumento dos salários como resposta à escalada de preços leva a uma "espiral inflacionária" descontrolada que alimenta o próprio fenómeno. Ora, não só não há grande evidência de que esta espiral provocada pelo aumento dos salários exista mesmo, a persecução de políticas informadas por esta tese pode conduzir ao empobrecimento real da população, com os seus graves custos sociais e económicos, que podem até tornar mais difícil a recuperação da crise e o combate à inflação.

A tese da espiral inflacionária causada por aumentos salariais tem uma base intuitiva. Como os custos do trabalho representam uma grande parte dos custos de produção das empresas, o aumento desses custos seria automaticamente encaminhado para o aumento dos preços. Esta intuição baseia-se em dois frágeis pressupostos. Em primeiro lugar, se o aumento salarial for acompanhado por um aumento na produtividade, esse motivo é suficiente para não ser causada uma pressão inflacionária. Em Portugal, a produtividade tem crescido a um ritmo muito superior ao das remunerações reais desde o início do milénio. Em segundo lugar, algumas empresas, sobretudo as que têm poder monopolista, fixam os seus preços de modo a aumentarem a margem de lucro, como por exemplo estão a fazer agora do setor energético e da distribuição alimentar. Para o conjunto da economia, a subida nominal dos salários para acompanhar a inflação evita a queda do poder de compra e também da procura global, defendendo quem trabalha ao mesmo tempo que protege a economia de tendências recessivas.

Esta tese da espiral inflacionista tem sido testada por vários estudos académicos baseados na comparação de séries históricas de indicadores de preços e de salários. A generalidade das suas conclusões é a de que há muito pouca evidência para a capacidade de previsão da inflação com base no aumento dos salários, e a de que há outros fatores muito mais relevantes na geração deste fenómeno e que não estão relacionados com o mercado de trabalho. A relação causal contrária, de que a escalada de preços leva a um crescimento nos salários, é mais evidente nestes estudos. Um aumento de preços que leve ao crescimento do lucro, mas não dos salários, pode levar a movimentações pela exigência de aumentos. Evidentemente, este mecanismo depende do equilibro de forças entre capital e trabalho. Os baixos níveis de sindicalização em Portugal e consequentemente o menor poder negocial dos trabalhadores ajudam a explicar as resistências ao acompanhamento dos salários à inflação.

Na prática, a escolha do governo em não aumentar os salários da função pública e as pensões ao ritmo da inflação implica um corte nas remunerações reais, ou seja, uma perda de poder de compra. Esta situação é particularmente grave se recordarmos que a função pública, com sucessivos congelamentos salariais, já perdeu mais de 11% do seu poder de compra desde 2010. Mas os riscos desta política não são só os imediatos cortes. Com a diminuição da procura que a perda de poder de compra provoca, o risco de desaceleração da economia coloca em causa muitos outros fatores, como os níveis de emprego ou os níveis de endividamento.

A escolha de não aumentar salários e pensões para além do previsto, quando à época da previsão não se adivinhava uma guerra em continente europeu nem uma tendência inflacionária sem precedentes nos últimos anos tem um nome. Chama-se austeridade.

# *"Migrante é gerúndio": as palavras do populismo italiano*

texto de Asia Leonardi
ilustração de João Alves

A 25 de Abril de 1995, cinquenta anos após a vitória da Resistência italiana sobre o regime fascista, Umberto Eco deu uma palestra na Universidade da Columbia, conhecida hoje como "O fascismo eterno" ou "Ur-fascismo".

Cinquenta anos após a vitória da Resistência, o fascismo ainda não está derrotado, explica Eco, estando à espreita na política do dia-a-dia sem revelar a sua face completamente, mascarando-se nas piadas sorridentes de talk shows, no sarcasmo racista, numa identificação falsificada de uma história que criou os Homens, numa suposta tradição que explica uma nação, e esconde-se atrás do palco manipulando o seu discurso, que em última análise é o que constrói desejos, expectativas, imagens e satisfações.

O Ur-fascismo nasce da frustração, e identifica-se com o grito que dela emerge: àqueles que precisam de uma identidade social, o Ur-fascismo diz-lhes que têm o privilégio mais comum e importante de todos, o de terem nascido no mesmo país, o de terem o mesmo timbre na voz que se pode juntar com o da maioria e tornar-se numa exaltação de raiva coletiva.

O Ur-fascismo une, fabrica um espírito coletivo e para dar um nome a esta "nova identidade histórica", classifica, simplifica e exclui ao mesmo tempo. Exalta as suas características que diz serem produto da história da nação, mas que na verdade é apenas criada através dos seus discursos.

A audiência a que se dirige é formada não por indivíduos, mas por um único "estado de espírito", que se torna cada vez mais forte através do confronto com o que fica de fora: inventa um inimigo coletivo, descrito como o oposto aos seus valores, moral e história. O Ur-fascismo cria esta nova identidade através do combate ao seu oposto, um inimigo que serve de bode expiatório para todos os problemas sociais.

O seu papel político já não é o de educar as massas, nem é parte de um "governo dos melhores Homens" com o intuito de estabelecer um diálogo com as classes menos educadas e longe da política: é antes baseado na aparente obediência aos ânimos (e não ideias) do "povo".

No entanto, o populismo traz ideias, mas simplificadas num punhado de palavras fáceis, semelhantes a rezas para serem repetidas de cor antes de dormir.

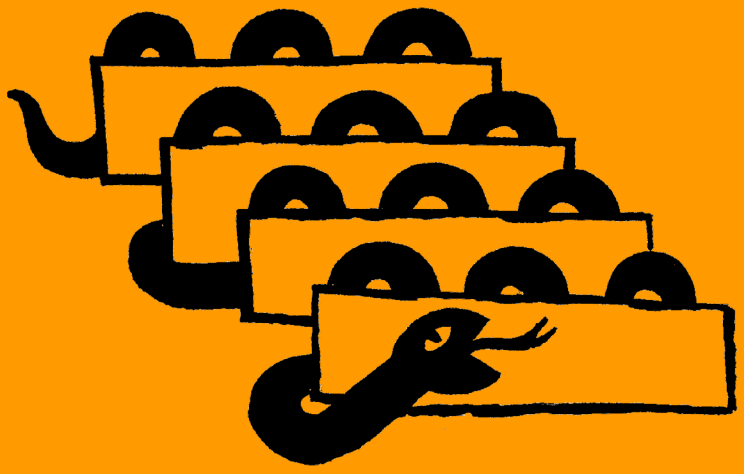
A 4 de Junho de 2015, Matteo Salvini disse, através daquilo que é descrito por Pasolini como "o lugar intocável de um talk show", que "migrante é gerúndio". Além da sua ignorância gramatical - migrante, antes de mais, é um particípio presente em italiano - aquilo que choca é o ódio que subjaz nas suas palavras: Migrante é aquilo que não merece a nossa atenção a não ser como um problema, migrante não é uma pessoa, mas uma forma verbal mal aplicada na televisão, que nem possibilidade de resposta admite. Migrante é o que é percepcionado como um conceito de perigo, migrante é o que sentimos ser diferente de nós, migrante é a cara negra que nos incomoda quando vamos ao supermercado na nossa cidade. O migrante quando caminha nas ruas não traz consigo a sua própria cara, a sua própria história, mas antes a outra face de um populismo extremo, o bode expiatório. O migrante não tem nome, o migrante é um migrante e migrante é gerúndio.

Num léxico pobre há poucas palavras, há pouco debate, há pouca democracia: só há espaço para preconceitos cegos que não são articulados em pensamentos e linguagem, mas através de uma piada - e uma de mau gosto- perante uma tragédia humanitária.

# *Fascistas no parlamento: a bomba-relógio da nossa democracia*

*Nas eleições legislativas de 30 de Janeiro confirmou-se o já bastante antecipado crescimento da extrema-direita em Portugal, com a entrada de 12 deputados do Chega no parlamento: o maior assalto às conquistas de Abril na casa da democracia.*

texto de Alexandre Portela
ilustração de João Alves



O facto de haver representação parlamentar de um partido que visa fundar uma 4º República (a ditadura das "pessoas de bem"), que é explicitamente contra a nossa Constituição e pretende privatizar os serviços por ela consagrados, como o SNS e a escola pública, que defende obscenidades como o confinamento de grupos étnicos e a pena de morte, e cujo líder faz repetidamente ameaças racistas e incitadoras de violência contra minorias levanta a questão: a nossa democracia não se protege da sua destruição?

Tais ideias, propostas e atitudes são em tudo semelhantes às de anteriores partidos fascistas do século XX e contra eles a nossa Constituição protege-se com o Artigo 46º, operacionalizado pela lei 64/78, que ilegaliza todas as organizações que difundam "os valores, os princípios, os expoentes, as instituições e os métodos característicos dos regimes fascistas que a História regista, nomeadamente o belicismo, a violência como forma de luta política, o colonialismo, o racismo, o corporativismo ou a exaltação das personalidades mais representativas daqueles regimes".

No entanto, o fenómeno do fascismo vai muito além das suas ocorrências no passado, pelo que uma lei assim apenas nos protege indubitavelmente contra um potencial regresso de Mussolini e dos camisas negras. Mesmo em 1994, o Tribunal Constitucional acabou por não deliberar se o MAN (Movimento de Ação Nacional) perfilava da ideologia fascista: tratava-se de uma organização que visava fundar um Estado nacionalista por via não eleitoral e exaltava figuras que foram expoente do nacional-socialismo alemão e do fascismo italiano, e também do corporativismo português. Se a lei tem dificuldade em atuar contra quem tem fascista escrito na testa, o que devemos esperar dela quando o Chega é desde logo o primeiro a dizer que não é um partido fascista?

É ingénuo pensar que o fascismo a reaparecer seria nos mesmos moldes dos antigos regimes totalitários e se assumiria como tal. É antes uma ameaça permanente que aparece disfarçadamente sob diferentes formas, tão distintas que umas até podem ser o oposto das outras: segundo Umberto Eco o fascismo tornou-se uma palavra sinédoque, o que significa que pode ser usada para movimentos totalitários muito diferentes. O falangismo espanhol era hiper-católico enquanto o nacional-socialismo alemão era profundamente anticristão, pelo que não há necessariamente uma coerência conceptual no fascismo e isso ainda aumenta mais a dificuldade em catalogar alguém como tal.

Umberto Eco propõe assim o conceito de "Ur-fascismo" ou "fascismo eterno" que se refere a um conjunto de características fundamentais que todos estes movimentos totalitários possuíam, mesmo que não todas e algumas até se contradigam: desde o culto ao tradicionalismo, a rejeição da modernidade, o irracionalismo, a aversão à crítica, o ser contra a diversidade (culmina no racismo), o apelo à classes frustradas e pessoas com falta de uma identidade social, a fabricação de inimigos como bodes expiatórios para todos os males, a guerra permanente e o heroísmo em morrer pela pátria, o elitismo, o machismo, o político que representa a "voz" do povo, a conspiração e o uso estratégico de novo vocabulário.

O conceito de Ur-fascismo dá-nos ferramentas para identificar sinais de uma ameaça de tipo fascista prematuramente e a função da esquerda é fazer ver e denunciar estes comportamentos para evitar a sua normalização. Tendo em conta que a lei só age quando o partido político em causa está claramente envolvido em terrorismo ou outras atividades violentas, aí já é tarde demais para agir, o mal já está feito. Não deixam de ser fascistas por a lei não os catalogar como tal ou por eles não o admitirem.

# *Se o patriarcado nos prende, os direitos libertam-nos*

texto de Andreia Quartau e Sofia Lopes
ilustração de Mantraste

*O debate bicéfalo à volta do trabalho sexual dá a ilusão de que só existem duas opções: a vitimização opressiva ou o liberalismo empoderador. Não é verdade. O "feminismo radical" consegue pegar nos medos e angústias de quem se sente condenado a uma vida de violência patriarcal, mas a alternativa feminista que nos liberta nunca vai incorrer em conservadorismos, proibicionismos e pretensões moralistas. A "invisibilidade forçada pelo estigma, que afeta não só as trabalhadoras sexuais mas também suas famílias, amigos, filhas e filhos, me fala da urgência de abrirmos espaço para tratar dos temas relativos ao trabalho sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista", estas são palavras da Monique Prada, trabalhadora do sexo, no seu livro "Putafeminista".*

**O discurso do chamado "feminismo radical" é bastante intuitivo. Com frases fortes como "O consentimento não se compra" ou relacionando simbióticamente todo o trabalho sexual com pedofilia e tráfico humano, é uma narrativa facilmente compreensível e apelativa a jovens mulheres. É entendível: lidamos, diariamente, com assédio sexual e justiça machista, com a mercantilização dos nossos corpos desde muito cedo, com casos de abuso sexual por parte de parceires, com dezenas de feminicídios por ano. A sociedade patriarcal provoca-nos medo e terror, emoções fortes que facilmente descambam num pessimismo radical, proibicionismo e soluções punitivas, uma visão de**

distopia total onde tudo na vida de uma mulher é moldado por violência machista: no trabalho, nas relações amorosas, sempre que pomos batom, todas as vezes em que decidimos fazer a depilação, na pornografia que vemos, na roupa que vestimos. O fantasma pesado do patriarcado senta-se nos nossos ombros e não temos nenhuma escolha senão lembrar-nos que não temos escolha. Ele faz todas as decisões por nós. E pior: nós somos as culpadas.

Este discurso não é novo, mas estamos habituados a ouvi-lo de outros setores da sociedade: da direita conservadora e reacionária. Estes grupos proibicionistas têm enquanto principais bandeiras tudo aquilo que consideram "desumanizante" e "violento" para a mulher, como a pornografia, o trabalho sexual e a violência obstétrica, levando, até, a posições muito dúbias em questões de direitos de pessoas transgénero e não-binárias. Cada uma destas questões merecem um debate próprio. Mas a questão do trabalho sexual tem sido a mais escrutinada, debatida e instrumentalizada enquanto fator decisivo que diferenciam os diversos feminismos e que dividem movimentos inteiros da greve feminista internacional. Para os mais desatentos, pode parecer que o debate à volta do trabalho sexual se restringe única e exclusivamente a duas posições opostas: por um lado, uma posição moralizante e patriarcal que trata o trabalho sexual enquanto uma forma de exploração e violência machista, em que todas as mulheres que o fazem são, sem exceção, vítimas; por outro, uma espécie de ultra-liberalismo empreendedor em que o trabalho sexual é uma fonte de independência, libertação e empoderamento, ignorando quaisquer contrapartidas que sabemos que existem. Qualquer perspetiva que se apresenta enquanto uma suposta verdade universal, a do "feminismo verdadeiro", a resposta para todos os problemas e a teoricamente pura, sabemos que muito dificilmente se aplica à sociedade real com pessoas reais. E elas existem, estão organizadas e merecem ser ouvidas. E pedem o mínimo: proteção e direitos.

Falar em nome de alguém sem mandato, dividir a sociedade entre "nós", as virtuosas, e "elas", as degeneradas, é uma forma de autoritarismo. O abolicionismo é a resposta de quem se autoproclama porta-voz e juiz/juíza dos costumes aceitáveis, construindo a sua posição sem ouvir e sem reconhecer quem presta serviços sexuais, escolhendo pôr de parte o mundo real, que reclama resposta concreta, aqui e agora. Por exemplo, em Portugal, o trabalho sexual não é reconhecido como uma profissão, o que significa que quem exerce trabalho sexual não tem acesso a direitos e proteção social. A crise pandémica que nos explodiu nas mãos veio escancarar da forma mais trágica a situação de infra-humanidade a que estas pessoas estão sujeitas: sem condições para desenvolverem a sua atividade e sem nenhuma proteção social. Não descontam para a reforma, não têm direito a proteção na saúde, não têm qualquer tipo de apoio ou direitos que qualquer outro trabalhador/a tem e que, enquanto socialistas e anticapitalistas, defendemos com unhas e dentes. Deixar estas pessoas às margens da sociedade, escondidas, invisibilizadas e sem voz, sabendo muito bem que elas existem, é ser uma parte ativa do problema. O debate que nos interessa e que a crise torna urgente é apenas um: ninguém pode ficar para trás, todas as pessoas têm de ser protegidas.

A solidariedade e o compromisso devem sobrepor-se ao nevoeiro dos dias de hoje, em que as tertúlias, assembleias ou conversas informais para debatermos o rumo da vida e os caminhos da revolução migraram para as redes sociais. Mas nas redes sociais não há debate, apenas simulacro. E essa ausência de debate é bastante visível, bastando um scroll pelas partilhas e comentários para o percebermos. As posições antagonizam-se, sectarizam-se e nunca, ou quase nunca, resultam em posições coletivas e partilhadas, em instrumento de ação transformadora. Pelo contrário, reforçam o individualismo e a autossatisfação e ignoram os caminhos percorridos, como se estivéssemos a todo o momento no ponto zero do debate. Temos de saber resistir e infletir esta realidade, recordando e recuperando o caminho que já trilhamos, as alianças, solidariedades e compromissos que fomos construindo.

Olhamos para a estrutura patriarcal e capitalista e reconhecemos que nos molda. Molda-nos tão profundamente que isso se reflete, naturalmente, em muitas das nossas escolhas profissionais, familiares e românticas. Reflete-se, também, nas alterações físicas e psicológicas a que nos submetemos para agradar a um certo padrão de atratividade machista, ou nos caminhos que fazemos quando confrontadas com um sistema económico e financeiro que nos subjuga à pobreza. Mas se este mundo nos oprime, queremos um feminismo que nos liberte. "A ideia de erradicar a prostituição é uma utopia distópica. (...) é bastante óbvio que a busca dessa utopia pela implementação de políticas abolicionistas ao redor do mundo resultou, por exemplo, em grandes prejuízos às mulheres que exercem trabalho sexual, empurrando-as para a clandestinidade ou mesmo para a prisão" (Monique Prada, Putafeminista). Vemos o mundo que temos à frente para construir, em que todas as vozes contam. Um feminismo excludente, pouco ou nada faz, para a mudança. Nós somos do feminismo plural, somamos vozes, vivências, lutas. Precisamos de estar juntas, aprofundar debates, construir rede, encontrar pontos de convergência e avançar na disputa por uma outra sociedade, no combate ao capitalismo e ao patriarcado, sem qualquer tipo de visão moralista carregada de culpa. Está na hora de verdadeiramente não deixar ninguém para trás. Não largar a mão de ninguém é o que impera neste tempo, e a nossa estará grudada com a de todas as pessoas que se auto-organizam e lutam pelos seus direitos laborais. Sempre a luta toda, nada menos do que isto.

# *Uma Casa para os Artistas Unidos*

texto de Inês Vilão

Os Artistas Unidos nasceram em 1995 como companhia de teatro portuguesa, pelo encenador Jorge Silva Melo, com a peça "António, um Rapaz de Lisboa". A companhia conta com inúmeras peças encenadas, realização de filmes, exposições, seminários, entre outros. O seu espaço de apresentação ao público é o Teatro da Politécnica, junto ao Jardim Botânico de Lisboa.

Com a morte de Jorge Silva Melo, no passado dia 14 de março, os Artistas Unidos entraram em crise. A Universidade de Lisboa quer reaver o espaço do Teatro da Politécnica forçando esta prezada companhia a encontrar um novo lugar, sob a ameaça da não renovação do contrato de arrendamento. Os Artistas Unidos há vinte anos que não têm uma casa fixa ou estável, obrigando mais uma vez, especialmente depois do adeus a Jorge Silva Melo, a procurar uma casa.

A Câmara Municipal de Lisboa comprometeu- se a arranjar uma solução, contudo desde 2002 que nada foi feito. A companhia já passou por vários espaços. Segundo Luís Ferreira, reitor da Universidade de Lisboa, estão a ser feitos esforços, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa, para encontrar um novo espaço para a companhia de teatro, na medida em que o atual tem agora a urgência de guardar uma coleção de material zoológico. O contrato de arrendamento cessa em fevereiro de 2023, podendo vir a provocar o fim da companhia.

No passado dia 6 de abril, os Artistas Unidos reuniram- se com o Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa. Dr. Diogo Moura quer arranjar uma solução estável, contudo nenhuma proposta clara e direta terá sido apresentada. Tudo continua igual: incerto, imprevisível e intolerável. Perante esta situação, é impossível não questionarmos sobre o porquê de desde 2002 os Artistas Unidos nunca terem encontrado uma morada fixa. Com tantos esforços da Câmara Municipal de Lisboa, seria de esperar que, vinte anos depois, isto já não fosse um problema. Para além de que seja estranha a decisão da não renovação de contrato, logo após a morte de Jorge Silva Melo. Mais do que esta companhia estar em risco iminente de ficar sem casa, também tem de lidar com a morte do seu fundador, tudo em simultâneo. O que fez mudar a morte de Jorge Silva Melo? De repente, o espaço da politécnica tem de ser um armazém de material zoológico? Sem uma proposta concreta de um novo espaço para a companhia? Questões que a Universidade de Lisboa e a Câmara Municipal tendem a fugir.

É conhecimento geral o estado da cultura em Portugal. O famoso 0,5 de IRS parece que não é prova suficiente da precariedade da cultura no nosso país, tendo a pandemia vindo agravar esta situação. Para além da falta de apoios do estado ao setor da cultura, a falta de resposta da Câmara Municipal de Lisboa só demonstra a desvalorização contínua que o governo tem prestado. É urgente alterar o panorama geral da cultura em Portugal, dar apoios, financiar projetos, impedir a cessão de contratos de arrendamento, pagar com dignidade aos nossos artistas.

É triste ver que a cultura, mais do que desvalorizada, seja envergonhada desta maneira. É urgente uma proposta assertiva e clara do futuro da companhia dos Artistas Unidos. É necessário prestar homenagem a Jorge Silva Melo e assegurar uma nova casa aos Artistas Unidos, uma casa fixa e permanente. A Câmara Municipal de Lisboa tem um compromisso para com a cultura que tem de fazer cumprir. A cultura tem de ser protegida e salvaguardada, e não gerida como uma entidade privada, onde a arbitrariedade reina.

A realidade que a companhia está a viver é um autêntico pesadelo, uma incerteza, um desrespeito para com quem trabalha há décadas, acreditando num projeto comum que são os Artistas Unidos. Antes do espaço do Teatro da Politécnica, que a companhia ocupa desde 2011, os Artistas Unidos estavam sediados n 'A Capital, que também, pela ordem da Camara Municipal de Lisboa, se viram obrigados a sair do Bairro Alto. Esta situação não é nova, é uma triste repetição do que se sucedeu no passado. Vinte anos depois, a precariedade mantém-se, não há soluções praticas e eficientes, e a cultura agrava-se. A Camara Municipal já se tinha anteriormente comprometido a arranjar uma morada permanente para a companhia, provando só a falta de compromisso e seriedade que estamos habituados a ver. Estamos perante uma crise de valores e prioridades.

Os Artistas Unidos são ainda responsáveis pela coleção de Livrinhos de Teatro da editora Cotovia, dão casa a espetáculos e exposições, e são o legado de trabalho de Jorge Silva Melo. Temos todos um compromisso, para com esta companhia, de lutar em prol dos seus direitos e do futuro do teatro em Portugal.

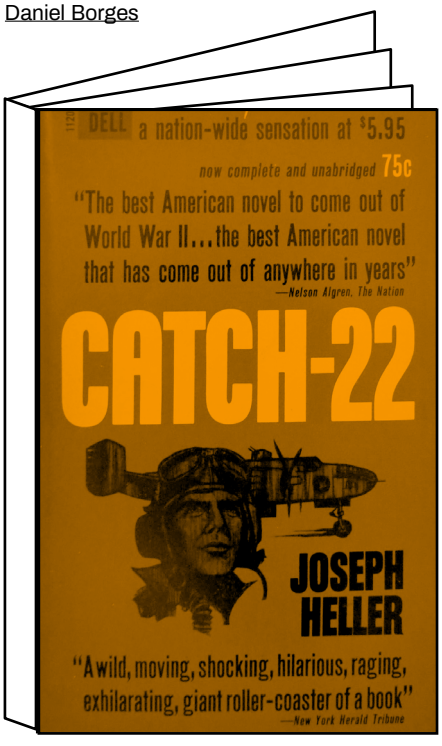
## We Insist! Max Roach's Freedom Now Suite

Marco Marques

Foi recentemente reeditado o álbum de 1960 "We Insist! Max Roach's Freedom Now Suite". Lançado em pleno auge do movimento dos direitos civis nos EUA, este álbum está carregado de mensagem política. Começando pela capa provocadora para a altura - três homens negros, servidos por um homem branco -o álbum junta a voz de Abbey Lincoln à bateria de Max Roach e a outros talentosos músicos em cinco músicas: as duas primeiras remetem para a Guerra Civil Americana (a música Freedom Day é particularmente poderosa), a terceira faixa é um dueto de voz e bateria, numa sequência que retrata o clima de protesto que se vivia nos anos 1960 nos EUA, e as duas últimas faixas remetem para a luta pela igualdade no continente africano. É um álbum que, apesar de editado nos anos 1960, se reveste de profundo significado atualmente.

## Catch-22: ou o absurdo da guerra

Daniel Borges



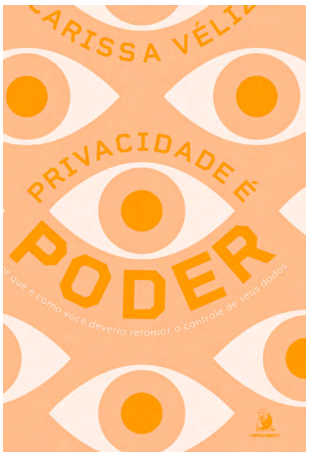

«Havia apenas um ardil e era o Artigo 22, o qual especificava que a preocupação de um homem pela sua própria segurança perante perigos reais e imediatos constituía o resultado do funcionamento de uma mente racional. Orr era louco e podia ser dado por incapaz. Apenas tinha de o pedir; a partir do momento que o fizesse, já não seria louco e teria de participar em novas missões. Orr seria louco se participasse em mais missões e são se não participasse, mas se fosse são teria de participar. Se participasse era louco e não tinha de o fazer; mas se não quisesse participar estava são e era obrigado a fazê-lo.»

Assim é descrito o famoso "Catch-22" de Joseph Heller. Uma situação absurda à qual é impossível escapar pela sua própria natureza. O sujeito do Catch-22 está preso a um universo no qual a sua condição de fuga é a sua própria prisão. O romance - cujo autor, à semelhança da personagem principal, combateu na Segunda Guerra Mundial - rapidamente se afirmou como um paradigma da ficção antiguerra. A sua mensagem é simples: na guerra, a única posição sã é não querer lutar.

O protagonista, Yosserian, piloto de um bombardeiro, está refém do complexo militar americano em Itália. Os seus superiores sobem o número de missões necessárias para ser dispensado sempre que o seu esquadrão se aproxima da meta. Apesar de o acharem maluco, os médicos não o podem dispensar porque ele demonstra preocupação pela sua própria segurança e, portanto, é são. Yosserian tem apenas uma missão: sobreviver à guerra. Não quer morrer pelas vontades de generais e presidentes no outro lado do mundo. Não quer ter de lutar e arriscar a vida por uma causa que não é sua.

Uma narrativa que, aproximando-se do absurdo de Kurt Vonnegut, se mantém atual nos dias de hoje. Quererão os soldados russos morrer por Putin numa batalha que não é a sua? Ou estarão presos ao seu complexo militar por ordens às quais não podem desobedecer? Catch-22 é uma obra que realça, acima de tudo, a individualidade das pessoas que empenham o papel de soldado. Pessoas que têm aspirações, passados, gostos, ódios, amores, vidas para serem vividas. E demonstra como a guerra lhes arranca essa individualidade e as coloca numa posição impossível: a morte ou a loucura.

## Carissa Véliz, Privacidade é Poder – Por que razão e como devemos recuperar o controlo dos nossos dados, Temas e Debates

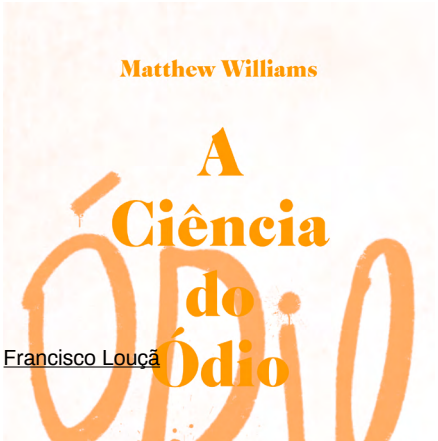



Professora de filosofia na Universidade de Oxford, Véliz discute neste livro a questão mais importante das modernas formas de comunicação: a captura da privacidade. Como já o fez Soshana Zuboff num livro que terá sido um dos primeiros a tratar desta questão, "O Capitalismo de Vigilância", a autora descreve o problema democrático que consiste na extração dos dados e na multiplicação de formas de manipulação. A toxicidade desse procedimento e uma resposta possível, a determinação de cortar a tomada, são discutidas de forma aberta, original e informada. O livro é um grito de alerta e um apelo para medidas de fundo: limitar o controlo estatal, tirar das empresas estes poderes de vigilância, melhorar as leis da concorrência, recuperar o analógico, ler jornais, não ciberacumular, as recomendações são fortes. E, para fechar: "Os entusiastas da tecnologia dir-nos-ão que o progresso será impedido. Porém, agora já sabemos. Recusemos o inaceitável. Recuperemos o controlo dos nossos dados pessoais e a privacidade prevalecerá".

## Sheera Frenkel e Cecilia Kang, Manipulados – A verdade sobre a guerra do Facebook pelo poder absoluto, Objectiva

Duas jornalistas do New York Times dedicaram-se durante algum tempo a investigar a evolução do poder de Zuckerberg e do Facebook, agora Meta. Através de entrevistas e documentos, mostram como a empresa foi consolidando o seu poder, sobretudo desde a segunda metade da década passada, na medida em que as suas redes de comunicação abrangem mais de um terço da população mundial. A forma como a empresa e os seus dirigentes foram gerindo a informação sobre os dados pessoais dos utilizadores é descrita em detalhe e, como seria de esperar, o Facebook tentou condicionar a publicação do livro e as suas informações. Alguns dos detalhes são muito relevantes e o livro descreve-os com cuidado, em particular o impacto do "like" para mapear as preferências dos utilizadores, o que é mobilizado para conseguir formatar um sistema de publicidade dirigida e personalizada, que constitui o maior sucesso da empresa e o centro nevrálgico da sua estratégia de negócios. "Ao longo dos dezassete anos da história do Facebook, os ganhos tremendos da rede social foram constantemente possíveis à custa da privacidade e segurança dos consumidores e da integridade dos sistemas democráticos", concluem as autoras.

## Matthew Williams, A Ciência do Ódio – Como o preconceito se transforma em ódio e o que podemos fazer para travá-lo, Contraponto




Francisco Louçã

O terceiro livro que aqui é referido, também sobre o mesmo tema, foi escrito por um professor de criminologia numa universidade galesa. Williams trata de um tema a que as anteriores autoras fazem alusão, mas que ele estuda em profundidade: como funcionam as redes de ódio e os seus crimes. O livro baseia-se em casos de violência, europeus e norte-americanos, que têm como vítimas preferenciais as comunidades minoritárias de emigrantes ou pessoas que são perseguidas por inclinação religiosa ou política, por preferência sexual ou por escolhas de vida. Vítimas e criminosos são entrevistados, algumas experiências são apresentadas e o livro prossegue com estudos sobre biologia e sociedade. Muitos dos seus argumentos são fortemente polémicos, alguns aproximativos, mas o que ressalta é a ecologia das redes sociais como lugares da escalada do ódio. Para sabermos o que vai ser – o que está a ser – o nosso século XXI, estes três livros são importantes tanto para conhecer o problema quanto para o combater.

#50 SÉRIE II MAIO 2022

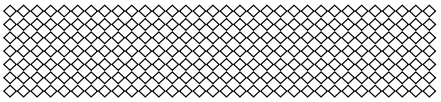
# dossiê

# 50

# Anticapitalista e os seus combates

# *No calor das lutas: o lugar de fala como problema efetivo*

*texto de Hugo Monteiro*



Presente com particular vivacidade nos movimentos feministas e antirracistas, a questão do lugar de fala tem proporcionado debates acesos, disputas amargas, quando não roturas e divisões no interior dos movimentos sociais. Importa reconhecer, antes de tudo, que a problematização do lugar de fala decorre do reconhecimento fundamental de que a opressão existe, que atua e que se repercute mesmo no interior dos organismos que a combatem. A busca do lugar da mulher negra, da mulher lésbica, da migrante precária não esteve nem está adquirida no interior do próprio movimento feminista, hegemonizado pela mulher branca e ocidental, assim como a experiência concreta da pessoa racializada não esteve nem está garantida nas visões mais institucionais de combate ao racismo. Não é uma questão simples nem linear, pelo que mais do que assegurar o lugar, há que questionar o lugar.

## *Quando a luta reproduz o poder*

Questão diferente é a pretensão de se assumir legitimidade exclusiva para se representar uma causa, numa espécie de autoeleição em que a voz própria exclui e menospreza todas as outras. Não é um problema novo nem se resume a um só segmento da história, mas dá-se em escalas diferentes: surge quando um único partido se eleva como exclusivo porta-voz do movimento operário; reedita-se quando um grupo ou movimento pretende concentrar, unicamente em si mesmo, a expressão das opressões. Num caso como noutro, não temos um lugar de fala, mas um ventriloquismo reprodutor do poder. O lugar de fala não se limita a substituir o portador ou a portadora da palavra, mas a garantir que na rua, no local de trabalho, na manifestação ou no piquete não se reproduz uma relação de dominação que negou à mulher, ao migrante ou à pessoa racializada a sua dignidade enquanto produtores e produtoras de discurso. E que mesmo com a melhor e mais transformadora das intenções, ninguém deve falar no seu lugar e na sua vez. Trata-se do direito de produzir saber, de ser visto e de ser reconhecido, de ser escutado e de existir, sem a mediação condescendente de qualquer sujeito hegemónico.

## *Plural e coletivo*

A luta justa é a que garante a voz da pessoa subalterna, não a que fala no seu lugar. Na formulação de Djamila Ribeiro, o lugar de fala parte de um pressuposto epistemológico, onde começa por reconhecer-se o privilégio social – branco, patriarcal, heteronormativo – em que a legitimidade do que se sabe, do que se diz e dos meios por que se diz é determinada por mecanismos que favorecem as estruturas de dominação. O potencial crítico do lugar de fala – e o seu grande desafio – passa por contrariar a via única desse pressuposto epistemológico. O que passa por alargar o espaço, o direito e as formas de enunciação da palavra a mais gente. É o fulcro da questão: aumentar o espaço da palavra, em vez de o limitar; coletivizar diferenças, em vez de as restringir à expressão a que legitimamente aspiram. O lugar de fala não é o de um único partido, o de uma única identidade ou o de uma única pessoa. Recusamos atos narcisistas de exclusão e já demos para o argumento da abrangência de partidos únicos.

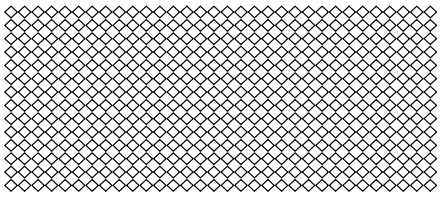
## *Nem dividir nem reinar*

Não se trata, pois, de limitar a palavra, de estreitar a representação ou de espartilhar o discurso em nome de uma espécie de hierarquia de legitimidades entre quem pode ou não pode tomar uma posição política. Trata-se de aumentar, nunca de diminuir, o potencial de confrontação de uma luta coletiva, invertendo-se as instituídas ordens de discurso: se a linguagem do capital é masculina, branca e eurocêntrica, o seu contraponto está na aliança dos oprimidos e oprimidas que esta linguagem produz. Sem que se possibilite esta aliança nenhuma politização à esquerda é realmente possível. Nunca um movimento social ou uma alternativa política pôde triunfar com sujeitos atomizados, dispensando alianças ou deslegitimando posições comuns. Negar falsas universalidades não significa promover isolacionismos. A postura ética do lugar de fala, como sublinha Djamila Ribeiro, vem de se ter a noção do lugar que se ocupa – de saber utilizá-lo em benefício de uma causa coletiva e de usar a sua dinâmica na direção necessária. Não se deve confundir lugar de fala com exclusividade de exercício de palavra ou com qualquer argumento de autoridade.

## *Assumir diferenças e vencer distâncias*

Aspiramos a algo mais do que agendas incompletas, em que o biombo identitário encobre o movimento da transformação sistémica e dá a mão ao divisionismo. Por isso criticamos com veemência, tanto a hegemonia do feminismo liberal quanto o fechamento identitário dos combates antirracistas. Por ocasião da prisão de Angela Davis, o escritor James Baldwin – ativista e intelectual, gay e militante antirracista – faz publicar uma carta-aberta à sua irmã, Angela. Neste texto impressionante, Baldwin exorta à recusa de uma "economia carnívora que democraticamente mata e vitimiza brancos e negros". Nesta recusa, sublinha a necessidade de ultrapassar o refúgio da branquitude e o conforto do privilégio, que impõe uma distância "sinistra" entre oprimidos e oprimidas e que faz com que a própria experiência da subalternidade não seja reconhecível. O lugar indelegável de cada um e de cada uma apenas se garante numa luta coletiva em que todos tenham voz e lugar. Singular, mas sempre remetido ao plural, esse espaço de partilha é uma das definições da militância.

# *Nem conservador, nem liberal: o feminismo que queremos*



*texto de Andrea Peniche e Leonor Figueiredo*

Assistimos, nos últimos anos, a um boom feminista, que revelou agendas e protagonismos vários. Ao mesmo tempo que quase todas as organizações sociais e políticas o transformaram em bandeira, o mercado tratou de esvaziar politicamente a sua agenda mais progressista e disruptora, transformando-o em proposta mainstream. Se, por um lado, avançámos a nível legislativo, descriminalizando o aborto a pedido da mulher e dando caráter de crime público à violência doméstica, por exemplo, por outro, o liberalismo e o mercado trataram de nos vender a ilusão de que a emancipação se forja através do consumo.

O mantra da igualdade de género foi o logro proposto pela social-democracia e pelo liberalismo. Estes, ao invés de colocar a questão da superação das desigualdades, propõe a integração das mulheres nos espaços de dominação, garantindo assim que o sistema que se alimenta da sua exploração no emprego e no espaço doméstico se mantém intacto. As políticas liberais nas sociedades capitalistas deixaram-nos, por isso, numa encruzilhada. Ao mesmo tempo que nos abriram as portas do trabalho assalariado, garantindo-nos autonomia financeira, obrigaram-nos a acumulá-lo com as tarefas domésticas e do cuidado. Redefinir o conceito de trabalho é, pois, central para pensarmos as lutas feministas e recuperarmos o seu potencial transformador, na senda da proposta da Greve Feminista Internacional de que somos parte: as mulheres sempre trabalharam, apesar de muitas das suas atividades não serem consideradas trabalho. Nesse sentido, tanto quem afirma que o feminismo é uma proposta exclusiva para a "mulher trabalhadora" (assalariada), como quem se ilude com a proposta liberal, falha na análise e, decorrentemente, na ação. Criticamos a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, porque sabemos que ela só existe para que o sistema capitalista se demita das responsabilidades sociais e se alimente de trabalho precário e/ou gratuito. A resposta que faz falta nunca fez parte da agenda liberal: serviços públicos e valorização do trabalho doméstico e dos cuidados. Mas nós sabemos que não há igualdade na dominação e que resolver os problemas da desigualdade passa, necessariamente, pela superação do sistema capitalista-patriarcal-racista.

Três outros debates que têm cavado diferenças no movimento feminista, revelando visões em confronto: puritanismo, punitivismo e putas.

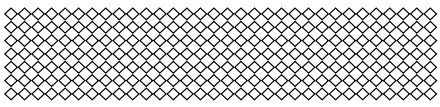
A violência transformada em monotema do movimento originou um discurso vitimista, que apresenta as mulheres como pessoas indefesas. Na maior parte dos casos, não há agência feminista neste discurso, que apela mais à piedade do que à justiça. Dele deriva uma conceção de corpo como território de interditos, uma sexualidade bem-comportada, canónica, e a vida trespassada por medos permanentes. As mulheres são vítimas, mas a resposta é agência feminista.

Do discurso da violência deriva, muitas vezes, um outro: o punitivismo. A assunção das penas como castigo está ainda muito presente no modo como a qualidade da justiça é avaliada. O feminismo não pode ser justiceiro ou vingativo. A justiça à la carte, de exceção (sem equilíbrio, proporcionalidade, ponderação e comparação) está vinculada a projetos políticos autoritários e às representações mediáticas do crime, servindo apenas o populismo. O que produz sentenças injustas é o machismo, não as molduras penais. Por isso a justiça precisa de ser democraticamente escrutinada, para que os tribunais deixem de ser locais de enxovalho, humilhação e julgamentos morais das mulheres.

As putas continuarão a dividir o movimento feminista. O proibicionismo não reconhece as trabalhadoras do sexo como trabalhadoras, aceitando que um conjunto de pessoas viva sem reconhecimento, sem proteção, sem direitos. Prefere julgá-las, ao invés de respeitar as suas escolhas, reforçando uma visão profundamente moralista e puritana da sexualidade. Em nome de uma utopia abolicionista, persegue-se quem retira o seu sustento do trabalho sexual, ignorando que as próprias trabalhadoras do sexo têm experimentado formas de exercício da sua profissão que as defenda das redes de proxenetismo e de tráfico humano para fins sexuais. As trabalhadoras do sexo são vistas pelo proibicionismo como vítimas que vivem sob a ilusão da «falsa consciência», portadoras de uma moral débil, mesmo que elas não se reconheçam como tal, mesmo que seja evidente que esse entendimento reforça o estigma que as empurra para as margens. Reconhecer as trabalhadoras do sexo como trabalhadoras é o compromisso mínimo. Não há feminismo sem putas, porque não há lugar para a segregação neste movimento. O feminismo não é um clube de virtuosas, é um movimento social que organiza mulheres que enfrentam o sistema.

As mobilizações feministas são, nos dias de hoje, importantes momentos de confrontação com o capitalismo. Reclamar o direito ao corpo, ao descanso, ao salário, à desfamiliarização da prestação de cuidados... são formas de enfrentar o capitalismo e desafiar o movimento socialista. A consciência forjada nos processos de luta e nas alianças que construímos com outros movimentos, seja por alterações legislativas, seja disputando cultural e politicamente a organização das sociedades, é o fermento que nos permite avançar.

O feminismo que construímos é anticapitalista, antirracista e internacionalista. É inclusivo, acolhe trans e trabalhadoras do sexo, porque não padece de síndrome salvífica ou vitimista, é tangível, trocando as redes sociais, os likes e hashtags por alianças concretas, ao mesmo tempo que desafia e convoca a esquerda.



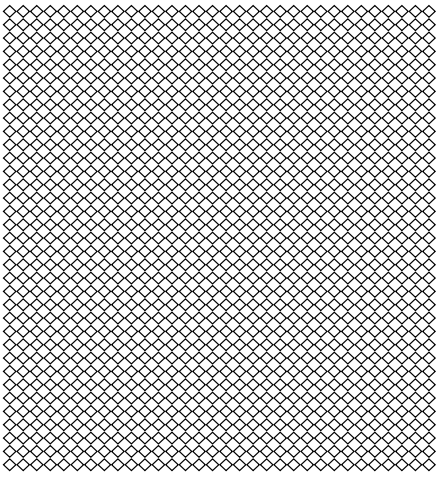
# *Justiça Climática: A violência na obra de Andreas Malm*

*texto de Andreia Galvão*

*"E assim continuamos aqui. Erguemos os nossos campos de soluções sustentáveis. Cozinhamos a nossa comida vegan e realizamos as nossas assembleias. Marchamos, bloqueamos, encenamos teatros, entregamos listas de exigências a ministros, acorrentamo-nos, marchamos também no dia seguinte. Estamos ainda perfeitamente, imaculadamente pacíficos. Somos mais agora, por ordens de magnitude. Há outro tom de desespero nas nossas vozes; falamos de extinção e da ausência de futuro. E os negócios continuam, como de costume.*
*Em que momento é que escalamos? Quando concluímos que chegou o momento de tentarmos também algo diferente? Quando é que começamos a atacar fisicamente as coisas que consomem o nosso planeta e as destruímos com as nossas próprias mãos? Haverá uma boa razão para termos esperado tanto tempo?"*

*Andreas Malm, How to Blow Up a Pipeline: Learning to Fight in a World on fire, 2021*

Andreas Malm é um autor sueco e professor de ecologia humana na Lund University. É um marxista descrito pela Naomi Klein, autora do "This changes everything", como um dos pensadores mais criativos sobre o tema das alterações climáticas. Tem lançado livros sobre o tema desde "The Progress of This Storm: Nature and Society in a Warming World", "Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming", mas foi, no entanto, a obra "How to Blow Up a Pipeline: Learning to Fight in a World on fire" que mais marcou o movimento climático. Malm escreveu uma obra sobre a qual toda a gente tinha algo a dizer: desde críticas ferozes a apoios radicais, a obra demonstra a capacidade de ter encapsulado a imaginação do movimento climático.

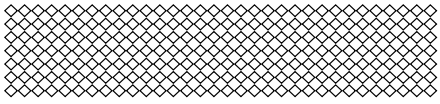


Para entender o motivo é preciso, primeiro, compreender o momento da discussão no qual se encontra o movimento. As marchas de 2019 marcaram uma nova onda de mobilizações climáticas, ganharam atenção mediática como poucos movimentos o terão feito e criaram protagonistas políticas onde não existiam: essencialmente jovens de classe média do Norte Global. Foram espaços de formação de uma geração de ativistas no plano teórico e pragmático e parecia um espaço que estaria aberto à disputa por uma agenda mais radical, descolonizada. O próprio movimento Fridays for Future criou o termo MAPA (most affected people and areas) and LAPA (least affected people and areas) que, apesar de ter uma forma simplista que não tem em conta as assimetrias existentes no Norte e Sul Global, demonstra a necessidade de repensar o modelo de ativista que surgiu em 2019.

A crise do COVID-19 impactou fortemente a mobilização. Além de ter restringido o número de participantes nas greves, nos momentos políticos também refletiu a ausência de estratégia e de teoria coesa no movimento. Além disso, ficou evidente que o momento existente não se traduziu em mudanças políticas e na resolução da crise climática. As conclusões do grupo de peritos do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas indicam que as cerca de 59 giga toneladas de emissões provocadas pela atividade humana em 2019 são 20 por cento superiores às de 2010 e 54% superiores às de 1990.

Instalou-se o desespero e a desorientação no movimento. O que fazer quando as mobilizações de massas não resultam? Enquanto parte do movimento procura focar-se nas lutas de quem está na linha da frente da crise climática e na importância da participação das classes populares na luta, outra parte entende que o caminho passará por um escalamento da teoria política e de ações concretas mais radicais e mais disruptivas para o sistema socioeconómico.

Neste segundo campo, encontram-se duas formas de intervenção principais. A primeira será a da ação direta não violenta, exemplificada por movimentos como a Extinction Rebellion, originária no Reino Unido. Em Abril de 2019, o movimento ocupou cinco locais centrais na cidade de Londres, chamando atenção para a mudança sistémica necessária. No entanto, muitos dos elementos têm sido alvos de processos judiciais e o movimento tem sido interpretado na opinião pública por "fanatismo climático". Apesar das críticas ao movimento, é inegável a sua importância na consciencialização sobre o tema e os seus limites - um movimento que é dependente da atenção dos media e que necessita da prisão dos seus membros não se pode sustentar para sempre.



Andreas Malm tem também explanado sobre os limites deste movimento, que demonstram a fixação do movimento com a não-violência, fetichizado-a como a única forma de resistência, interpretando de forma errada a história da democracia e das políticas de libertação (estende essa crítica também à GreenPeace). Propõem, ao invés disso, uma solução: um movimento coordenado globalmente de sabotagem a infraestruturas poluentes. Nas suas palavras exatas "Colocá-los fora de serviço, separá-los, demoli-los, queimá-los, explodi-los. Que os capitalistas que continuam a investir no fogo saibam que as suas propriedades serão destruídas". Ele refere, no entanto, a violência contra pessoas como absolutamente inaceitável.

## *O facilitismo da violência*

Malm distingue o modo de intervenção que defende de terrorismo, no sentido de considerar que essa definição não se aplica ao género de medo que propõe que se crie. Outro ecossocialista, Alan Thornett, reconhece a importância que Malm tem tido no movimento climático, mas encontra na sua proposta uma tentativa ecológica de criar organizações pseudorrevolucionárias como o Red Army Faction e as Brigadas Vermelhas, grupos nascidos do desespero com a incapacidade de mudar a sociedade. Diz que estes movimentos em nada contribuíram para a criação de movimentos de massa e que foram rapidamente esmagados pelo aparato do Estado. Além disso, tinham herdado a tradição militar do Estado Estalinista e do OLP, tradição que não existe no movimento climático atual. Crítica o atalho proposto pelo autor- e que na força dos nossos corpos não reside a capacidade de mudança sistemática. Para a redução de emissões de gases carbônicos a nível global reconhece que é preciso uma sinergia das forças progressistas, um movimento de massas que transpasse a sociedade e, principalmente, as pessoas e áreas mais afetadas.

Também aí reside uma das críticas à teoria de Malm. Este modo de intervenção, mesmo que feito somente em conjugação com outras teorias, é exclusiva e repulsiva para muitos dos grupos sociais que mais precisam de ação climática para alteração das suas condições materiais. Podemos desqualificá-las da luta pelas suas vidas?

Se seguirmos o desafio intelectual proposto por Andreas devemos pensar: onde queremos chegar? Se bombardearmos uma infraestrutura de que modo é que isso se reflete significativamente no corte de emissões? Podem simplesmente voltar a ser construídas, apesar dos grandes custos para os militantes envolvidos neste género de ação? Estamos, verdadeiramente, a mudar as políticas? Talvez, a principal questão seja mesmo a seguinte: podemos abdicar das massas para a luta social? O que isso diz sobre nós- e sobre os nossos movimentos?

A radicalidade do aventurismo solitário não integra a atual situação da luta de classes na nossa sociedade. Existe isolada de um movimento de massas revolucionário, aproxima-se do eco terrorismo (seguido por pequenos grupos a nível internacional que utilizam um discurso ultra-autoritário), não tem em conta os efeitos colaterais possíveis (como os danos humanos) e, além disso, legitima a utilização do aparato do Estado contra todo o movimento social e contra a própria Esquerda. O fascínio pelas soluções fáceis é contrastado pela aridez da realidade: afinal, para construir força social é mesmo preciso trilhar caminho.

# *Queremos conhecer quem ocupa casas devolutas?*

*texto de Vasco Barata*

No acesso a uma casa, condição de raiz para a dignidade, os sucessivos Governos prescindiram de responder às pessoas. Anos de esquecimento, de concursos de atribuição de dezenas de casa para milhares de concorrentes, de programas absurdos em que ora se é excluído porque se ganha de mais ora porque se ganha de menos, em que ninguém sabe com o que conta, atiraram as pessoas para situações informais de ocupação de casas públicas que estão vazias.

Este é um campo delicado. Quem conhece estas situações fala com gente desesperada, que vive constantemente com o medo de ser despejada, que teme por si e pelos seus filhos – quando não por algum familiar de quem é cuidadora informal -, que apenas queria ter a segurança de pagar uma renda consoante os seus rendimentos e que são as primeiras a condenar a outra face deste problema: o negócio que alguns fazem com a venda de chaves de casas que dominam. O Estado e os Municípios assistem a tudo isto como se nada fosse sua responsabilidade, colocando toda a gente sob o manto da criminalidade. Este é o discurso do centro e da direita (desejosa de enfiar a martelo o discurso de outras extremas direitas, desde logo a espanhola), juntando-se o incómodo de alguma esquerda em sequer abordar o assunto.

Às vezes faz-nos bem parar e recuar ao essencial: a mulher que foge com os filhos da casa onde é vítima de violência doméstica e ocupa uma casa vazia para se proteger da rua, é criminosa? Pode achar que este caso é uma caricatura, mas, garanto-lhe, não é. Porto, Gaia, Almada e Lisboa são cidades onde há várias mulheres – e suas famílias – nesta situação. Têm nomes e uma história de vida marcada pela dificuldade, pelo trabalho de baixos salários, sujeito a todo o tipo de exploração e vítimas da impossibilidade de pagar uma renda nesta selva especulativa. O Estado e os Municípios resolvem estes casos com a frieza do desprezo pelas suas vidas e com a violência dos despejos sem alternativa habitacional, confiando que estas pessoas encontrarão alguma solução, nem que seja na casa de um familiar já sobrelotada.

Este é um campo delicado, repito. Também para o ativismo é um campo de derrotas constantes, de desgaste emocional e com poucas possibilidades de fundar maiorias sociais. Mesmo algumas vitórias – como as das três mulheres que o tribunal de Almada, em julgamento da queixa-crime que o Município socialista apresentou, não condenou a entregarem a casa que ocuparam – não têm grande expressividade.

Aliás, os próprios tribunais são espaços em que a subjetividade de quem decide ajuda a determinar a decisão sobre a vida de quem é julgado. Um exemplo: no julgamento citado, a juíza perguntou a uma mãe por que não tinha colocado as filhas bebés na creche quando engravidou, como ela – juíza – tinha feito, para assegurar vaga. A resposta desta mãe, desarmante e sincera, mas que quem ia decidir sobre a sua vida não percebia foi somente de que não tinha dinheiro. Ou seja, faltava-lhe apoio para que ser mãe não fosse condição de exclusão.

Percebe-se, por tudo isto, que quem é excluído do direito a uma casa, é-o também pela exploração laboral a que é sujeito, pela ausência de políticas públicas de cuidados consistentes – creches, desde logo, mas também apoio a cuidadoras informais – e, claro, por habitação ser constantemente menorizada face à propriedade. Repete-se, como um mantra, que a habitação não é um direito absoluto. Mas, mal pergunto, a propriedade é?

Não havendo uma via única para a proteção destas pessoas, julgo que também aqui o feminismo será a tábua de salvação da vida destas pessoas. O potencial de um movimento que estabeleça uma linha de solidariedade radical e intransigente com estas mulheres é algo que falta explorar, mas que poderia ser emancipatório. Porque quem conhece estas mulheres sabe que, porventura, apenas falta esse elo unificador que é a luta, algo que vença as barreiras geográficas e lhes dê voz, porque não é coincidência que, regra geral, sejam elas a dar a cara e a ir à luta pela vida da sua família, assim como não é coincidência que não lhes falte apenas habitação, mas tudo o que possibilita aceder a uma.

# Cidades Impossíveis

*texto de Ricardo Moreira*

Visivelmente irritado, Carlos Moedas gritava na Assembleia Municipal de Lisboa contra o Bloco: "nunca um Presidente da Câmara teve de explicar tanto uma ciclovia". O destempero do autarca da direita, a enorme manifestação que existiu um dia depois da sua tomada de posse e todo o debate na campanha eleitoral sobre a ciclovia da Avenida Almirante Reis são anúncio de um novo conflito, porque é também nas ruas das cidades que se defende o clima e o nosso bem-estar.

Esse conflito está a acontecer por todo o mundo e há cidades que, fazendo o óbvio, parece que estão a fazer o impossível. Essas cidades que estão a empurrar os limites do que pensávamos possível, dão-nos pistas do futuro que queremos para as nossas cidades.

É nas cidades que se decide muito sobre o futuro do clima: apesar de representarem apenas 2% da superfície da Terra, as cidades consomem 78% da energia produzida e são responsáveis por mais de 60% dos gases de efeito estufa. Para além disso, estima-se que, em 2050, sete em cada dez pessoas vivam em cidades e só se forem densas e complexas são inclusivas e eficientes.

Os temas da mobilidade e da habitação são dois bons exemplos do debate sobre o urbanismo que precisamos para responder à crise climática.

Nos últimos cem anos, a indústria automóvel e dos combustíveis vendeu-nos que só havia uma maneira de nos movermos: com carros. Durante mais de 70 anos confiámos em engenheiros de trânsito que nos diziam: claro que só se resolve o engarrafamento com mais vias, mais estradas, mais alcatrão. "One more lane will fix it" era o adágio, e hoje as cidades têm a maioria do espaço público dedicado aos carros.

Portugal tem uma situação particularmente dependente dos automóveis, sendo o único país europeu em que a rede de autoestradas ultrapassa a ferroviária e com uma situação tão grave na qualidade do ar que a própria Comissão Europeia processou o país pela baixa qualidade do ar em Lisboa e no Porto. Lisboa é um caso paradigmático: todos os dias entram na cidade 380 mil carros, tantos quanto o número de habitantes, a que se juntam os automóveis dos residentes, fazendo com que circulem 500 mil carros na capital todos os dias. A consequência é uma cidade sem mobilidade, onde a poluição envenena o ar e o espaço público está todo dedicado aos automóveis, entre estradas e estacionamentos.

## *Mas há cidades que estão a tentar outro caminho.*

Em Barcelona estão a avançar as Superillas, uma ideia com mais de 30 anos, proposta pelo antigo diretor da Agência de Ecologia Urbana de Barcelona Salvador Rueda, e que agora começa a redesenhar a cidade. A ideia é simples: a lógica de planeamento do espaço público e da mobilidade inverte-se, dando prioridade primeiro aos peões e às bicicletas, depois aos transportes públicos e só depois ao automóvel individual. O resultado são bairros que não são atravessados por trânsito, com mais parques infantis e jardins, menos ruído, menos poluição, mais comércio de rua e até menos trânsito.

Em Paris a mobilidade também está a mudar: a partir de 2024 todo o tráfego não essencial vai ser retirado da cidade, reduzindo 50% das viagens que hoje são feitas, e a partir de 2030 nenhum veículo movido a combustíveis fósseis poderá circular. Já Oslo, Milão, Estocolmo e Londres estão a avançar com taxas de congestionamento, impedindo a entrada livre às zonas centrais e reconvertendo o espaço público das estradas e estacionamentos para ciclovias ou aumento dos passeios.

No Luxemburgo, desde há dois anos, todos os transportes públicos são gratuitos. Vivem no Estado cerca de 600 mil pessoas, mas todos os dias entram no país 200 mil pessoas para trabalhar vindas da França, da Alemanha e da Bélgica. Por isso, apesar de ser pequeno, o Luxemburgo tem uma das piores taxas de engarrafamento da Europa e as pessoas passam 33 horas por ano em engarrafamentos. Os transportes públicos gratuitos estão a ter um forte impacto na mudança dos modos de mobilidade, mas só são realmente eficazes se forem complementados com medidas de restrição à utilização do automóvel.

A habitação é outra das questões essenciais, até porque se as pessoas viverem longe das cidades onde trabalham os movimentos pendulares aumentam. É também na habitação acessível que se determinam as emissões e o consumo de energia.

Berlim é uma cidade onde 85% das pessoas arrendam casas, mas faltam 330 mil casas e os preços da habitação têm estado a subir desconsoladamente nos últimos anos. Por isso, a cidade decidiu avançar com um conjunto de medidas para travar o aumento de preços. As rendas são reguladas e as subidas têm um travão anual, há uma renda máxima definida, foram criadas áreas de conservação social e a cidade mantém-se como uma das que mais habitação pública tem. A cidade ainda tentou um congelamento das rendas durante 5 anos, mas o Tribunal Constitucional determinou que a medida era irregular.

Viena é outra das cidades com um programa de habitação pública interessante, com quase cem anos. Desde o início do séc. XX que a cidade tem dado prioridade a casas de alta qualidade a preços acessíveis para as classes médias, com o município a gerir diretamente mais de 25% do total de habitações e a controlar as rendas de uma fatia equivalente do mercado. O resultado é que as rendas da cidade, mesmo nos empreendimentos privados, têm-se mantido historicamente baixas.

Fica claro que não precisamos de inventar a roda, basta copiar bons exemplos e fazê-los avançar nas nossas cidades para começar o caminho de combate às alterações climáticas. Aliás, as soluções para o clima são também as que melhoram a vida das pessoas. Uma transição climática justa é a única forma de salvarmos a humanidade, mas é também a forma de termos cidades mais inclusivas. Não há cidades impossíveis.

# *O campismo, doença senil de alguma esquerda*

*texto de Luís Leiria*

A guerra da Ucrânia veio pôr em evidência uma doença que muitos já tinham por superada na esquerda: o campismo. É uma doença, difícil de entender, que leva gente de esquerda a alinhar-se com uma potência invasora, a Rússia, contra a Ucrânia, um dos países mais pobres da Europa.

Quais são as causas desta maleita? Será que esse alinhamento é porque a Rússia é comunista? Não pode ser: Moscovo já renegou há muito o comunismo ou o socialismo e hoje é governada por capitalistas mafiosos que têm em Putin um dos seus representantes. Um presidente que, aliás, não esconde o seu sonho de reviver a grandeza do velho império russo dos czares e o seu ódio a Vladimir Lenin, o fundador da Rússia soviética.

## *Invertendo vítimas e agressores*

Como explicar então a obsessão por parte de alguma esquerda de fornecer álibis a Putin e aos seus generais, sem manifestar qualquer simpatia ou piedade pelas vítimas civis ucranianas? Se lhes perguntarmos, ouviremos uma resposta pronta: é que nesta guerra, dizem, o verdadeiro agressor é o imperialismo dos Estados Unidos. Foi a Casa Branca que forçou o Kremlin a avançar, ao impor um cerco cada vez mais forte à Rússia, cuja última peça é a Ucrânia. Moscovo é, portanto, uma vítima, embora não pareça. Quem tem de ser combatido, dizem, é o imperialismo de Biden que está a armar a Ucrânia.

A partir desta premissa, constroem todo um discurso de desculpabilização do exército e governo russos, invertendo, assim, vítimas e agressores. Este é o diagnóstico da atual variante de uma doença que já é antiga. Vejamos as suas origens.

## *Como e quando nasceu o campismo*

O campismo é um filho da Guerra Fria e das revoluções anticoloniais que marcaram as suas primeiras décadas. Uma parte da esquerda identificava-se com a União Soviética e os países do chamado "socialismo real" e alinhava-se com a política de Moscovo. Essa atitude era também facilitada pelo apoio que a URSS dava em geral às revoluções anticoloniais, cujo exemplo mais marcante foi a do Vietname. O inimigo era o imperialismo norte-americano que combatia estas lutas de libertação. A esquerda devia alinhar-se ao "campo socialista" da URSS.

Surgiu assim o termo "campismo" para identificar esse alinhamento automático com a política da URSS em todo o mundo. No caso da libertação das colónias, o apoio era de facto unânime na esquerda, as divergências quedavam-se apenas entre o apoio incondicional ou crítico. Mas a unanimidade estilhaçava-se quando as lutas saíam deste âmbito.

## *Hungria e Checoslováquia*

Em outubro-novembro de 1956, uma insurreição operária e popular derrubou o governo húngaro, levando ao poder o comunista dissidente Imre Nagy que anunciou a dissolução da polícia política, a intenção de retirar o país do Pacto de Varsóvia e prometeu a realização de eleições livres. Foi a senha para a invasão de Budapeste pelos tanques soviéticos, que enfrentaram a resistência húngara durante uma semana. Mais de 2.500 soldados húngaros e cerca de 700 soldados soviéticos foram mortos no conflito.

Doze anos depois, ocorre a Primavera de Praga na Checoslováquia e, mais uma vez, os tanques soviéticos invadiram um país do "campo socialista" para afogar em sangue uma experiência de reformas democratizantes.

Foi diante destas revoltas, ambas esmagadas pela URSS, que o campismo se pôs em evidência como uma doutrina perniciosa. É que a esquerda "campista" alinhou-se, também neste caso, com o "campo" de Moscovo, apoiando a invasão dos tanques soviéticos à Hungria e à Checoslováquia e denunciando os revoltosos como agentes do imperialismo. Ser anti-imperialista, diziam, era combater esses agentes e os que os apoiavam, isto é, os Estados Unidos da América.

## *O atoleiro do Afeganistão*

O apoio de uma parte da esquerda às invasões promovidas pela Rússia tem, como se vê, antecedentes bastante antigos. A maior destas invasões viria a ocorrer já nos estertores da Guerra Fria quando, em dezembro de 1979, as tropas russas invadiram o Afeganistão em apoio a um governo alinhado com Moscovo que estava em riscos de ser deposto pelas guerrilhas muçulmanas.

A ocupação durou dez anos e representou um atoleiro para as tropas soviéticas que se retiraram, derrotadas, em fevereiro de 1989. Neste caso, a esquerda "campista" teve muitas dificuldades para explicar o seu alinhamento com Moscovo, no apoio a uma guerra de ocupação típica das potências imperialistas. Mas manteve-o, mesmo assim.

Diferente desta esquerda "campista", houve uma outra esquerda que não se regeu por automatismos de alinhamento, avaliando cada caso à luz dos sues princípios, apoiando as lutas contra o imperialismo ocidental, mas também as revoltas populares nos países dominados pela União Soviética.

## *Ressurreição do campismo*

Com o fim da Guerra Fria, parecia que as teorias campistas tinham os seus dias contados: deixara de haver "campo socialista" com o qual se alinhar. Mas o "campismo" renasceria, com algumas diferenças, mas muitas semelhanças com o anterior. Este "neocampismo" já não se define pelo alinhamento automático ao campo da URSS, que deixou de existir, mas sim pelo apoio a qualquer regime ou força que seja hostilizada por Washington.

Isto é: a esquerda neocampista já não aplica a lógica de "o inimigo do meu amigo (a URSS) é meu inimigo". O seu princípio agora é "o inimigo do meu inimigo (os EUA) é meu amigo". O novo alinhamento automático, então, abarca todos os países ou instituições que Washington hostiliza, independentemente de se tratarem também de potências imperialistas onde muitas vezes vigoram regimes autoritários, como é o caso da Rússia.

A partir desta definição, o discurso dos "neocampistas" tende a desvalorizar a política imperialista ou ditatorial dos inimigos dos seus inimigos, concentrando-se em denunciar o papel do inimigo principal, o imperialismo norte-americano, que aponta como o único responsável pela guerra, mesmo quando, como é o caso da atual guerra da Ucrânia, fosse a Rússia a iniciá-la através de uma invasão imperialista, de conquista de território e de aniquilação dos direitos de um povo.

## *Princípios orientadores*

Que critérios devemos então seguir para definir a nossa posição diante de um conflito?

A meu ver, quem melhor definiu os princípios orientadores a seguir diante da complexidade das situações que podem ser criadas foi Gilbert Achcar, no artigo "O anti-imperialismo deles – e o nosso" (Esquerda.net, 11/4/2021).

Passamos a citar: *«O primeiro e mais importante: posições verdadeiramente progressistas – ao contrário de apologias de ditadores pintadas de vermelho – são determinadas em função dos melhores interesses do direito dos povos à autodeterminação democrática, não por oposição irrefletida a qualquer coisa que uma potência imperialista faça sob quaisquer circunstâncias; os anti-imperialistas devem "aprender a pensar". Segundo: o anti-imperialismo progressista exige a oposição a todos os Estados imperialistas e não colocar-se do lado de uns imperialismos contra outros. Finalmente: mesmo nos casos excecionais em que a intervenção de um poder imperialista beneficia um movimento popular emancipatório – e mesmo quando é a única opção disponível para salvar tal movimento da repressão sangrenta – os anti-imperialistas progressistas devem defender a desconfiança total relativamente ao poder imperialista e exigir a restrição de seu envolvimento a formas que limitem sua capacidade de impor a sua dominação sobre aqueles que pretende salvar.»*

E o autor conclui: «*Qualquer discussão que se mantenha entre os anti-imperialistas progressistas que concordam com os princípios acima citados será essencialmente sobre questões táticas. Com os neocampistas quase não há discussão possível: ofensa e calúnia são o seu modus operandi habitual, de acordo com a tradição de seus antecessores do século passado.»*

# O combate à precariedade

*texto de José Miguel Ricardo*

*"A precariedade afeta profundamente aquele ou aquela que a sofre; tornando todo o futuro incerto, proíbe qualquer antecipação racional e, em particular, esse mínimo de esperança e de crença no futuro que é necessário à revolta, sobretudo coletiva, contra o presente, por mais intolerável que este seja."*

*Pierre Bourdieu, Contrafogos*

Este é o tempo da maioria absoluta, que vai fechar ainda mais as portas a avanços no campo do trabalho. A primeira afirmação deste novo poder é a imposição da desvalorização salarial perante a crise e a inflação, que se soma aos efeitos persistentes da pandemia e à precarização estrutural das relações laborais. Este novo ciclo começa com muita incerteza, sob a perspetiva dos impactos de uma nova crise que se instala e em que o movimento do trabalho estará no centro da luta social, num contexto adverso e sabendo que a resistência e os bloqueios do Governo PS serão a natureza da sua maioria. Governo esse que, nos últimos 6 anos, tinha vindo a incorporar o discurso anti precariedade na sua agenda política, ainda que, analisando cruamente os resultados, as suas propostas tenham sempre ficado aquém do esperado. A Agenda do Trabalho Digno, que trazia consigo algumas alterações importantes no campo da precariedade, foi adiada para esta nova legislatura e os poucos espaços que existiriam para o seu debate serão, certamente, ainda mais curtos. Por outro lado, e em total contradição com este discurso, o Governo do PS tem feito baluarte da promessa encantada do empreendedorismo e de toda a sua narrativa individualista que, em certa medida, permite e incentiva relações laborais precárias em prol da "flexibilidade" e da "liberdade".

Num cenário em que se acentua a pressão sobre o trabalho, a luta contra a precariedade está desafiada a superar os impasses dos últimos anos.

O movimento de precários tem um percurso de 15 anos, no qual conquistou reconhecimento e teve vitórias importantes. Definiu um conflito na sociedade, talvez a sua maior vitória, estabeleceu uma representação e definiu um programa, lutou por causas agregadoras (nas regras dos recibos verdes, na regularização de vínculos precários) e conseguiu mesmo forçar avanços legislativos com significado, mesmo que frequentemente diluídos na realidade implacável do mundo laboral e na passividade da fiscalização.

No entanto, o movimento contra a precariedade não constituiu uma comunidade, um espaço de organização e vivência política dos precários e das precárias. Também o mundo sindical, em que crescem os sinais de fechamento, para lá de experiências isoladas, quase sempre transitórias, continua sem conseguir integrar os setores precarizados. A individualização é o centro da estratégia que transforma as relações laborais e é uma barreira à organização coletiva que continua por superar. Inverter esta realidade implica reforçar ou criar realidades organizativas que furem o isolamento e permitam experiências de luta e representação.

No plano imediato, além do conflito sobre as opções do Governo, o movimento estará empenhado em lutas que pretendem chegar a setores particularmente isolados, desvalorizados e precarizados.

Um destes setores é o da luta pelos direitos dos trabalhadores das plataformas. Só com a criação de uma relação de proximidade com os movimentos é possível identificar os seus interlocutores e as suas reivindicações. Neste caso, os primeiros passos para a criação dessas pontes estão já a ser criadas juntos dos grupos informais de estafetas que se têm organizado autonomamente. A sua organização tem sido dificultada pelas contradições internas ao próprio movimento. Contudo, existem indícios de uma vontade coletiva de formalização, à medida que o controlo e a exploração – por parte das empresas - têm vindo a aumentar. Além de ser uma luta contra a precaridade, é também uma luta contra novas formas de exploração do trabalho – as plataformas – em que relações laborais são desfeitas numa lógica mercantilista entre o triângulo (na maior parte das vezes) "consumidores" de serviços, a plataforma e os "trabalhadores-à-tarefa" transformados em empresários de si mesmo.

Outra frente de luta é a Iniciativa Legislativa de Cidadãos "Direito ao cuidado, cuidado com direitos". Esta campanha nasce já da articulação entre várias associações e movimentos organizados que, juntas e juntos, lançam o repto pela justa e urgente (quando não tardia) luta pela garantia de direitos fundamentais à vida e à sua reprodução. A proposta defende o reconhecimento de direitos laborais às e aos profissionais dos cuidados, que desempenham funções essenciais, mas desvalorizadas, em que a precariedade e os baixos salários são a regra, muitas vezes imposta pela própria lei. A resposta a estes direitos – ao cuidado e dos cuidadores – está entregue ao setor informal e ao mercado (à sorte?), tendo, por norma, o Estado e/ou as famílias como financiadores de instituições particulares. Esta lógica não garante nem a acessibilidade universal aos direitos fundamentais de todas e todos nós, como, além disso, sobrecarrega as famílias com esta responsabilidade – e, neste caso, as "famílias" são, na sua grande maioria, as mulheres dessas "famílias", cultural e historicamente sobrecarregadas com a desigual divisão do trabalho doméstico.

A estas frentes somam-se muitas mais. Os trabalhadores da cultura, de arquitetura, da restauração, da hotelaria, das telecomunicações... Enfim. Uma miríade de lutas (aparentemente) fragmentadas sectorialmente, mas que partilham, em traços latos, problemas e reivindicações. O combate à precariedade tem sido feito nestas muitas lutas, em muitas frentes. É um combate agregador. Procurando novas e novos aliados. É um combate justo. Contra a exploração e as ilusões. É um combate fundamental. Pela garantia dos direitos do trabalho e da vida.

# *Movimento Estudantil: Novos Contornos Para Uma Velha Luta*

*texto de Teresa Fonseca*

O movimento estudantil foi uma rotura na forma como se fazia o combate ao regime salazarista, transformando uma universidade reprodutora da elite nacionalista conservadora numa universidade contestatária e ciente do papel do estudante numa sociedade que se desejava livre e democrática. Tal influência se deve à Carta de Grenoble, assinada em 1946 pela União Nacional de Estudantes Franceses, que imprimia de forma vincada a importância cívica e social do jovem estudante na condução de uma sociedade cada vez mais progressista, dando frutos no maio de 68. Porém, atualmente desacredita-se o estudante como alguém com efetivo poder e relevância na condução do progresso da sociedade. Será que tal se dá por se assumir o ensino superior como um meio e não um fim?

A verdade é que hoje se assiste à desenfreada mercantilização do aluno, pois num sistema capitalista neoliberal, nada mais resta do que respeitar a competitividade dirigida pelo mercado. De acordo com a Declaração de Bolonha, o seu primeiro objetivo passa por "promover entre os cidadãos europeus a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior." Ora, com tais referências, será de esperar que o ensino superior seja, acima de tudo, um meio para atingir o mais alto nível profissional possível, e não o fim para um desenvolvimento crítico, criativo e educacional de uma geração. Para além disso, acompanhando a mesma lógica, o RJIES vem reforçar o funcionamento do sistema, onde os Conselhos Gerais remetem o papel do estudante para um nível performativo, sendo a democracia na gestão da academia meramente simbólica. O ensino superior acaba por, destas formas, encaixar cada vez mais na lógica do mercado, dado por rendido aquele que deveria ser o seu propósito último: a partilha, discussão e formação do conhecimento per se.

Dada a panorâmica descrita, a luta estudantil tem encontrado o seu caminho de outra forma, distinto do movimento dos anos 60. Ainda que a principal força motriz continue a ser o jovem estudante (embora seja errado olhar para este de forma homogénea e quase classista), hoje verificam-se duas principais diferenças: o movimento e a luta não emanam das instituições de ensino superior, mas antes de fora dela; e não se verifica um movimento uno e coeso a combater as suas causas, mas sim vários movimentos e organizações, coexistindo de forma singular e dispersa, dando algumas vezes lugar a um sectarismo prejudicial à luta. Ou seja, o movimento estudantil como o conhecemos nos anos 60 e 70 já não existe.

A luta estudantil está em transformação, a ganhar novos contornos, passando estes por uma luta mais individualizada, em torno de diversos coletivos, geralmente associados a uma causa. Tal se pôde observar, por exemplo, na manifestação contra o assédio na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que ao reunir vários coletivos feministas (e não só) agregou mais de 200 estudantes em protesto, abrindo um precedente contestatário nunca antes visto na Faculdade de Direito. Do mesmo modo, também a Greve Climática Estudantil assinala assiduamente a sua presença nas ruas, de forma muito expressiva, contando com um manifesto apoio estudantil, e não só do ensino superior. Conclui-se que a luta estudantil não acontece de e para a universidade, mas sim de fora dela, para causas que lhe pertencem e, também que, à primeira vista, lhe possam parecer alheias e pouco associadas ao meio académico. Neste sentido, é cada vez mais evidente o enfraquecimento da via institucional, dando este lugar a uma maior dispersão de movimentos e coletivos, onde a efetividade da luta não parte agora da unidade e coesão da massa estudantil enquanto sujeito e objeto da contestação, mas sim da massa estudantil apenas enquanto ator da ação contestatária.

Ainda assim, interessa notar que o sucesso das iniciativas estudantis nos anos 60, enquanto fenómeno social de importante significado e dotado de acentuada longevidade, resultou sempre da sua capacidade para ultrapassar a mera defesa dos interesses próprios e imediatos do indivíduo, enquanto fim primordial. Ora, isto é exatamente o que a crescente mercantilização do ensino, num sistema cada vez mais selvagem e competitivo, não defende. Talvez seja por isso que se verifica um aumento de organizações e coletivos que fazem a luta de forma mais dispersa, podendo, eventualmente, colocar em causa uma luta que preze, em primeiro plano, pelo bem-estar e dignidade gerais; do corpo comum, em detrimento das satisfações pessoais.

Gramsci dizia que a vontade só gerava poder de ação quando era uma vontade unida; de uma classe. Logo, acreditava também que a única forma de evitar o conformismo seria através da coerência, unidade e crítica. Independentemente dos novos contornos da luta estudantil, é premente que se mantenha esse sentido de pertença, pois a vontade coletiva faz-se sentir nos movimentos e associações que mobilizam os jovens cientes da realidade precária, desigual e discriminatória que se avizinha. É fulcral contrariar a tendência de despolitização da ação estudantil, visto que o mesmo significa ignorar a força estudantil enquanto construtora de uma sociedade progressista, democrática, livre, mas sempre exigente, pois só assim se quebra o conformismo.

No final de contas, o movimento estudantil precisa de agarrar nas convicções como se de ações políticas se tratassem, porque o são. Sermos estudantes ativos e críticos da sociedade é sermos agentes dotados de ideias e, acima de tudo, ideais que nos regem. Uma luta estudantil apolítica é a melhor forma de alienação de um sistema que assim nos procura: adormecidos. Ter de pedir novamente a palavra não pode ser solução.